



MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES,  
UNIÓN EUROPEA  
Y COOPERACIÓN

TRIBUNAL CALIFICADOR  
PRUEBAS PARA EL INGRESO EN EL CUERPO  
DE TRADUCTORES E INTÉRPRETES DEL  
ESTADO

Resolución de 23 de abril de 2021  
(BOE núm. 103, del 30.4.2021)

## TRADUCCIÓN PORTUGUÉS-CASTELLANO

### A incrível tentação do controlo

Pedro Cruz (*Diário de Notícias*)

Por estes dias, comentadores ligados a partidos políticos, daqueles que influenciam lideranças, mas que fazem a carreira profissional longe dos diretórios partidários, os que partilham reflexões e pensamento, os que são considerados reserva da nação, apesar de há muito não ganharem uma eleição nem irem a votos, os que se julgam donos do pensamento e da verdade, andam preocupados.

A última narrativa, que começa a ganhar forma, é a de que a campanha eleitoral será limitada, sem rua, com comícios para menos pessoas, com restrições aos contactos e, portanto, uma campanha mais "fechada". E, nessa medida, grande parte da "comunicação" entre candidatos e eleitores será "feita" através dos *media*, que servirão de mediadores entre o seu público e os atores políticos.

Diz a narrativa que é preciso "acautelar" isenção, igualdade de tratamento e de oportunidades, comentário equilibrado e proporcional e um escrutínio dos *media* ainda maior do que aquele que já é feito hoje em dia. A mensagem é clara: atenção, é preciso obrigar os *media* a passarem a mensagem que nós, partidos, achamos que deve ser passada e não permitir o que as redações sempre fizeram: mediação, escrutínio, filtragem e edição.

Num tempo em que os partidos usam e abusam da chamada "comunicação direta" com os eleitores, através das redes sociais, de canais de TV corporativos, de podcasts encomendados e de outras formas de fazer chegar as mensagens do emissor diretamente ao recetor sem passar pelo crivo da mediação e da edição, parece estranho que, nesta campanha em particular, estejam tão preocupados com o que acham que deve ser o comportamento dos *media*.

A tentativa de condicionamento prévio, o aviso de que as redações devem ter em conta as "circunstâncias", o ónus de que terão de ser os jornalistas a "compensar" o que a pandemia obriga a suspender, a ideia, tola, desesperada e controladora, de que as notícias devem ser "adaptadas" ao facto de a campanha ter "limitações" nos contactos é, em si, perigosa e manipuladora.

Perigosa, porque num tempo de *fake news*, de difícil distinção entre a verdade e a mentira, entre o engano e o rigor, entre o populismo e a demagogia, o papel dos *media* deve ser reforçado e não enfraquecido. Só uma comunicação social atenta e credível assegura o crivo que se tornou, nos últimos 20 anos, cada vez mais necessário. E, como sempre, não nos demitiremos desse trabalho, em nome de circunstâncias ou narrativas que mais não são do que a criação de desculpas a priori para potenciais maus resultados eleitorais.



MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES,  
UNIÓN EUROPEA  
Y COOPERACIÓN

**TRIBUNAL CALIFICADOR  
PRUEBAS PARA EL INGRESO EN EL CUERPO  
DE TRADUCTORES E INTÉRPRETES DEL  
ESTADO**

*Resolución de 23 de abril de 2021  
(BOE núm. 103, del 30.4.2021)*

Manipuladora, porque funciona com a mesma lógica dos clubes que criticam o sorteio do árbitro e o tentam condicionar, antes do jogo. Ao colocar o árbitro sob suspeita, se o resultado não agradar, a culpa foi do árbitro; se o resultado servir, foi conseguido "apesar do" árbitro.

Só políticos fracos e partidos inseguros têm necessidade de tentar condicionar o trabalho de quem tem a função de escrutinar.